



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

359

**Os Estados Unidos e a Ordem Internacional
Contemporânea: notas**

Eduardo Barros Mariutti

Agosto 2019



ie Instituto de
economia

Os Estados Unidos e a Ordem Internacional Contemporânea: notas

Eduardo Barros Mariutti ¹

Resumo

Este texto reúne, com as devidas modificações e atualizações, os resultados de um conjunto de estudos anteriores dedicados à análise do papel dos EUA na ordem internacional contemporânea. Neste estudo o foco recai nas raízes da conjuntura atual e seus principais focos de tensão, particularmente no período compreendido entre a fase final do Governo Obama até a eleição de Donald Trump. No entanto, esta temática é pensada dentro de um quadro temporal mais vasto, que remonta ao início da Guerra Fria.

Introdução

Desde a década de 1990 testemunha-se um conjunto complexo de transformações no cenário mundial que, grosso modo, envolveu uma mutação na geografia econômica mundial, em sincronia com transformações incrementais na arquitetura do sistema financeiro internacional, na organização das empresas transnacionais, nos padrões tecnológicos e configuração dos direitos de propriedade em escala internacional. Cada uma dessas múltiplas transformações seguiu uma temporalidade própria, dotada de alguma peculiaridade que, em grande medida, repousa na lenta, porém incisiva mudança geopolítica posta em marcha desde então. O foco desse texto recairá no papel que os EUA desempenharam nesse processo para, no momento seguinte, destacar os desafios que se abrem a esse país no período contemporâneo.

Antes de mais nada é fundamental descrever, de forma sintética, o padrão geral de crescimento econômico inaugurado na década de 1990. Do ponto de vista interno à economia americana, o investimento se aglutinou no processo de concentração dos grandes varejistas (o *Wall Mart* e a *Amazon* são os casos mais emblemáticos), na indústria do entretenimento (não só o cinema e a televisão, mas também jogos eletrônicos e aplicativos) e no setor de Pesquisa e Desenvolvimento. No plano internacional - com o apoio de Washington - verificou-se um duplo padrão de investimento: i) uma pressão pela abertura financeira na América Latina, comandada por uma lógica patrimonial que envolveu a aquisição de empresas públicas e privadas ligadas predominantemente ao setor de serviços e utilidades públicas; ii) o deslocamento dos investimentos produtivos (I.D.E. em *Greenfield*) para a Ásia, sobretudo para a China, fato que remodelou as antigas cadeias produtivas: este país tornou-se o elo final de uma vasta rede de exportação orientada para o mercado dos EUA e dos países centrais que, para poder funcionar, demanda peças e componentes dos demais países asiáticos e recursos naturais da América do Sul e da África. O resultado deste padrão foi a cristalização de um novo nexos dominante na economia internacional: a sinergia entre a economia dos EUA e da China e suas externalidades. O barateamento das mercadorias produzidas na Ásia favoreceu a redução da inflação dos EUA e, simultaneamente, garantiu a fúria consumista das famílias estadunidenses. Na outra ponta, as reservas em Dólar acumuladas na China pelo gasto dos americanos fecham o circuito, pois permitem o financiamento do déficit dos EUA, mediante a compra de títulos públicos e demais ativos financeiros por parte de Pequim. No entanto, este arranjo permitia aos chineses utilizar seus dólares para comprar empresas estrangeiras e ampliar o controle direto da China sobre recursos naturais na periferia,

(1) Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Contato: eduardomariutti@gmail.com.

essenciais para suportar o seu crescimento e, de certo modo, para transferir também o dinamismo para estas regiões.

A crise de 2008 sinalizou os primeiros limites desta forma organização da economia internacional. As tentativas superá-la não atacaram a raiz do problema: o que se fez foi, simplesmente, socializar as perdas, mediante a transposição da dívida privada – o famigerado *bailout* – para o setor público em um cenário de tendência à queda da arrecadação. A política de redução dos juros dos EUA e de emissão de dólares encorajou os especuladores a migrarem para os papéis dos países periféricos e semiperiféricos que oferecem taxas de juros maiores, preservando deste modo o ganho financeiro dos grandes investidores sem que ocorresse a retomada consistente dos níveis de emprego. A isto se seguiram ondas de revoltas populares em escala mundial, com pautas e formas de manifestação muito heterogêneas que, invariavelmente, detonaram mecanismos violentos de repressão. Tudo isto ocorreu em meio à intensificação crescente da rivalidade interestatal em praticamente todas as zonas de maior relevo geopolítico.

1 O Poder dos EUA e os fundamentos da Ordem Mundial Contemporânea

A ordem política e econômica atual repousa em duas bases interligadas. Um de seus fundamentos é uma distribuição do poder militar essencialmente assimétrica que confere uma influência política extraordinária aos Estados Unidos. Até o momento, a despeito das profundas agitações em curso, em sua essência, a configuração vigente da correlação de forças não está sendo seriamente contestada por nenhum Estado, ou bloco de Estados, embora as fissuras desta ordem sejam cada vez mais pronunciadas. O segredo desta vitalidade é a sinergia entre o poder militar e o poder econômico dos EUA, uma relação sempre tensa, mas que, no fim das contas, se manifestou durante toda a sua história mais recente. Isto porque, embora a causalidade não seja direta, há uma clara interpenetração entre a postura militar americana e os arranjos financeiros consolidados pelos EUA e os demais Estados centrais no pós-guerra e, particularmente, depois de 1973. Ambas as dimensões, na realidade, formam um mecanismo de retroalimentação que, a despeito dos atritos e fricções cada vez mais pronunciadas, ainda funciona. A capacidade de investir pesadamente em armamentos sofisticados sem constrangimentos externos significativos depende da centralidade de Wall Street e dos títulos públicos americanos na alta finança internacional. Esta por sua vez, por penetrar no interior das diversas sociedades civis, ajuda a sustentar, de dentro para fora, o *status quo* da política internacional, amarrando um conjunto complexo de interesses privados ao dólar que, deste modo, permanece sólido tanto em sua dimensão privada quanto pública (Helleiner; Kirshner, 2009).

O ponto decisivo é que, ao contrário do que foi profetizado na década de 1980 (Kennedy, 1989: 488-98), o dispêndio militar não comprometeu fundamentalmente a economia dos EUA (Gowan, 2004, p. 480-482; Fordhan, 2007, p. 395-397). Na verdade, de forma indireta, a corrida armamentista deu um forte impulso à economia e, particularmente, ao sistema de inovação dos EUA, principalmente ao promover uma sólida articulação entre sua rede universitária, os laboratórios das grandes empresas e das instituições militares (Medeiros, 2004). Além disto, desde a Guerra Fria, o orçamento da defesa foi um dos meios utilizados por Washington para reabilitar e, se necessário, exercer algum grau de controle político sobre as empresas americanas, respondendo aos anseios e pressões regionais da sociedade americana:

O poder distributivo do dispêndio militar é tanto uma causa como uma consequência das divisões sobre a política de segurança nacional. A preferência da administração Truman por forças convencionais para elevar a segurança dos aliados dos EUA na Europa Ocidental e o Japão, bem como a necessidade de lutar a guerra da Coreia, tendeu a beneficiar o Nordeste. A busca da administração Eisenhower por uma estratégia alternativa menos dispendiosa resultou na ênfase das forças estratégicas e armas nucleares. Isto tendeu também a beneficiar o Oeste e o Sul (...). Neste sentido, a política dirigiu as decisões de dispêndio e determinou suas consequências distributivas (Fordhan, 2007, p. 396).

Logo, o gasto militar por parte dos EUA é uma variável decisiva tanto do ponto de vista interno à sociedade americana – na medida exata em que atende a diferentes interesses e afeta de forma desigual os subsistemas econômicos nacionais – quanto externo, já que é capaz de gerar simultaneamente estímulo econômico – por sedimentar indiretamente a primazia do dólar e transmitir os efeitos do gasto pelo efeito multiplicador - e proteção política.

No entanto, particularmente depois da crise de 2008, o agravamento das tensões sociais nos países do centro e da periferia representa uma ameaça à continuidade da articulação virtuosa entre o poder do dólar e o militarismo estadunidense. A dimensão financeira da crise ressuscitou o debate entre os declinistas – que profetizam o colapso do Império americano - e os renovacionistas que acreditam na perenidade da preponderância de Washington. É importante notar que, da perspectiva das finanças, a linha divisória entre as correntes envolve a ênfase em funções diferentes da moeda internacional. Os renovacionistas tendem a privilegiar a centralidade do dólar como *meio de troca e unidade de conta* nas transações internacionais: assim, a força dos EUA estaria, exatamente, na interdependência comercial, financeira e produtiva que ainda tem como epicentro a sua moeda e, por extensão, a centralidade do dólar depende, sobretudo, das decisões tomadas pelos principais *atores econômicos privados*. Logo, por conta desta ênfase na dimensão *privada* da moeda internacional, as questões ligadas à dimensão geopolítica são relegadas ao segundo plano. Os declinistas, por sua vez, centram a sua análise na função de *reserva de valor* da moeda americana: a sua eventual corrosão encoraja, por parte dos demais Estados, a diversificação das divisas, fato que implicaria na elevação dos constrangimentos internacionais à capacidade de financiar o orçamento militar e, simultaneamente, de fomentar o dinamismo da economia dos EUA. Aqui, ao contrário dos renovacionistas, os elementos geopolíticos são preponderantes na definição da ordem internacional (Helleiner; Kirshner, 2009, p. 3-6; p. 15-17).

Assim, o eixo real da polêmica é uma discussão sobre a natureza da ordem internacional: isto é, se o florescimento de transações econômicas internacionais *deriva primariamente* de uma configuração estável do equilíbrio de poder ou, contrariamente, se os laços econômicos transnacionais é que sustentam a cooperação – ou, pelo menos, a inexistência de conflitos severos – no plano político-militar. A despeito de sua inegável importância, esta polêmica padece de um problema teórico fundamental, derivado da separação formal entre a lógica da Economia (i.e., do Capital) e da Política (i.e. do Estado), que desloca as atenções para uma falsa questão: de onde deriva a determinação fundamental. Esta celeuma pode fazer algum sentido na prosaica batalha pelo prestígio (e pelas verbas) entre os departamentos nas Universidades ou entre as Associações de Pesquisadores, mas ela pouco ajuda na compreensão dos problemas contemporâneos. Na reconstituição dos fenômenos concretos, *como passo inicial*, é perfeitamente possível respeitar a clivagem entre o domínio da Economia e da Política, como se ambas constituíssem dimensões autônomas. Será exatamente este o procedimento *preliminar* aqui utilizado. Mas o passo decisivo, que expressa um dos traços distintivos do capitalismo, envolve a compreensão da *forma* – sempre contraditória - *como* o Capital se funde ao Estado, em um dado período: a história do capitalismo é marcada por diversas combinações entre a rivalidade capitalista (dentro e *entre* formações sociais) e interestatal que, ao longo da sua história, ganharam diversos rótulos (mercantilismo, imperialismo informal, imperialismo, etc.). Uma das preocupações centrais aqui é tentar apreender o tipo de fusão entre o Capital e o Estado que foi engendrado no final do século XIX e, sobretudo, durante a Guerra Fria, e como ela se manifesta hoje.

Isso posto, podemos prosseguir. Para compreender melhor a natureza e as contradições da articulação entre a dimensão militar e econômica que fundamenta a ordem vigente é necessário fazer um breve retrospecto da evolução do poder militar dos EUA. O mecanismo básico de contenção nuclear na Guerra Fria era aparentemente paradoxal: por conta da bipolaridade, o seu funcionamento dependia da inexistência de impedimentos diretos ao uso das armas nucleares por parte das duas superpotências. Em

outros termos: a vulnerabilidade recíproca² era a sua verdadeira base. A dissuasão era mantida exatamente porque o inimigo, se agredido com armas nucleares, seria capaz de responder devastadoramente. Tudo dependia, portanto, de um mínimo equilíbrio em *meios de destruição*, lastreado na certeza da efetividade do contragolpe (Freedman, 2003 p. 232-236; Mearsheimer, 2003 p 128-137; Sheehan, 1996 p. 171-176). É importante notar que a capacidade de destruição (número e potência das ogivas) não era a única variável importante: o vetor era igualmente decisivo. Desse modo, a corrida armamentista envolvia não só produzir mais megatons, mas, também e sobretudo, aperfeiçoar e *vari*ar os meios de lançamento.³ Assim, depois do rompimento do monopólio nuclear estadunidense e da consolidação da corrida armamentista, para garantir os meios de dissuasão, era fundamental deter uma ampla capacidade de destruição nos três meios de lançamento: terra-terra (mísseis balísticos armazenados em silos e plataformas móveis); ar-terra (os bombardeiros e caça-bombardeiros) e mar-terra (navios e submarinos). Se o inimigo conseguisse inventar um dispositivo capaz de deter um tipo de ataque (ou até dois), a dissuasão estaria mantida e, com o tempo, seria possível desenvolver uma forma de burlar (ou emular) o sistema defensivo adversário.

Assim, tal como a variação nos meios de lançamento, a dispersão das armas nucleares também é um elemento essencial na garantia da dissuasão. O motivo é evidente: a concentração das armas permitiria ao inimigo um ataque sincronizado que, se bem-sucedido, lhe garantiria a primazia nuclear. Neste caso o *first-strike* decidiria a contenda em favor do agressor. Desse modo, o custoso processo de defender, ocultar e movimentar boa parte do arsenal nuclear (amparado por defesas munidas de armamento convencional) constantemente por ar, mar e terra tornou-se um elemento fundamental. O mesmo pode se dizer dos serviços de inteligência e vigilância. Com um sistema nuclear difuso e descentralizado, a probabilidade de sobreviver a tempo de lançar uma retaliação devastadora é muito maior. Logo, sobretudo no final da década de 1960, os EUA passaram a investir pesadamente em sistemas complexos de comunicação, processamento de dados e criptografia, esforços tidos como essenciais para garantir a capacidade de resposta a uma agressão soviética.

Embora seja capaz de evitar a guerra nuclear pela ameaça da autodestruição, esta situação configura um dilema de segurança: cada medida tomada por um lado para melhorar sua posição “defensiva” – que, nos termos da Guerra Fria significa uma capacidade de contra-ataque fulminante - pode ser percebida pelo rival como uma provocação ou ameaça. Logo, este clima gera uma espiral ascendente nos gastos militares que só tem como constrangimento os limites tecnológicos e econômicos que, inclusive, precisam ser continuamente transpostos (cf. Biddle, 2007, p. 153). Assim, a *auri sacra fames* ganhou um importante apoio para acelerar a acumulação de capital: uma corrida armamentista virtualmente incessante que, por conta da peculiaridade do dispêndio militar na Guerra Fria, pressionava constantemente as contas públicas e externalizava recursos para o setor privado.

(2) Alguns puristas insistem que o verdadeiro bloqueio à guerra é a *percepção da vulnerabilidade recíproca*, pois não há como assegurar que, em um momento crítico, a retaliação seria efetivamente concretizada. Mas, mesmo que isto seja verdade, o problema prático não é fundamentalmente alterado. Sobre esta questão, ver Jervis (1982-3).

(3) Na fase inicial, quando os americanos ainda detinham o monopólio nuclear, os bombardeiros representavam a única forma de lançamento. Logo, para poder usar ogivas neste cenário, era necessário deter superioridade aérea. A aviação soviética começou desacreditada: entre 1941 e 42 sofreu derrotas humilhantes para a *Luftwaffe* (mais de 1000 aeronaves foram destruídas só no primeiro dia de combate, grande parte delas ainda no solo). Após uma reorganização - uso intensivo de comunicação por rádio, aprimoramento das táticas de batalha, etc. - a situação mudou, principalmente a partir de novembro de 1943, nas batalhas de Stalingrado e Kursk, que abriram caminho para sucessivas vitórias da sua aviação contra os alemães em 1944 e 45 (Buckley, 1999, p. 133 e segs). Logo, em 1945 a Rússia (que ainda era uma potência aliada) provavelmente podia deter os B-29 americanos. O Japão seguramente não: logo, a ausência da capacidade de retaliação nuclear e a superioridade aérea americana tornaram possível o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki e desencorajaram qualquer ataque à Rússia (Freedman, 1986 p. 736-737). Esse cenário fortaleceu as demandas da Força Aérea para investir maciçamente em uma nova geração de bombardeiros com capacidade de atingir Moscou. Depois da quebra do monopólio nuclear americano tiveram início os novos programas de armamentos nucleares articulados a vetores em solo (mísseis de longo alcance) e no mar (Biddle, 2007, p. 145-164). A partir daí a variação nos meios de lançamento e a capacidade nuclear nas três forças tornou-se uma forte tendência.

O aspecto mais paradoxal é que, no início, por conta do monopólio por parte dos EUA, os investimentos no projeto nuclear foram propagandeados com o intuito de *poupar* recursos, pelo efeito de dissuasão esperado pelos artefatos nucleares contra as demais forças armadas (inclusive entre os aliados). Em tese, a elevada letalidade das bombas permitiria a redução do contingente militar (especialmente das tropas situados fora dos EUA) e o volume de armamentos convencionais. Mas esta linha de raciocínio tinha como base a subestimação da capacidade soviética de desenvolver a bomba e, também, de seus avanços na balística. A doutrina da “retaliação nuclear em massa” desenvolvida no governo Eisenhower – um presidente muito preocupado em evitar a deterioração das contas públicas e a eventual escalada da inflação – foi propagandeadada como uma forma de reduzir significativamente os gastos com a defesa, sem comprometer a política de contenção à URSS (Freedman, 2003, p.74; 85). Mas esta esperança caiu definitivamente por terra após o lançamento do Sputnik em 1957 que, pelo menos do ponto de vista de alguns militares e do nascente *lobby* da indústria da defesa (alvo posterior da ira de Eisenhower), explicitou a potencialidade soviética de utilizar mísseis de longo alcance para atingir os EUA. (Biddle, 150-159; Gaddis, 2005, p 162-175; Kolko, 2006, p. 3-6). Frente ao hiperdimensionamento desta ameaça, a propensão de Eisenhower em tentar manter sob controle o dispêndio militar para preservar o equilíbrio fiscal foi vencida.

A criação de um ambiente paranoico, calcado em falsas ameaças foi uma constante no início da Guerra Fria. Como frisa Alex Roland, antes do Sputnik, outro caso notório foi o alegado “Bomber Gap” de 1955: observadores na praça vermelha, durante um desfile das forças armadas soviéticas, contaram mais aviões do que a inteligência dos EUA havia previsto. No mesmo ano alguns militares americanos foram convidados para assistir uma cerimônia oficial da aeronáutica soviética e, durante o seu intercurso, testemunharam um gigantesco esquadrão de bombardeiros que, teoricamente, podiam lançar bombas nucleares sobre os EUA. Foi o bastante para gerar uma campanha alarmista na imprensa para acelerar os gastos na aviação pois, dadas as novas “estimativas” impressionistas, previa-se que em 1959 (apenas quatro anos depois) os EUA perderiam a liderança na produção de bombardeiros estratégicos. Mas, como destaca Alex Roland, tudo não passou de um blefe:

De fato, já em 1959, voos de reconhecimento feitos pelo avião espião U-2 refutaram a teoria de um ‘bomber gap’. Retrospectivamente, parece que os soviéticos enganaram os americanos, repetindo os mesmos aviões, que passaram mais de uma vez em ondas múltiplas. Neste meio tempo, entretanto, pressões do Congresso e da Força Aérea, entusiasticamente apoiados pela indústria da defesa, obrigaram o presidente Eisenhower a acelerar a produção de bombardeiros B-52 e a financiar um gigantesco programa de defesa aérea que continuou por muito tempo depois que o ‘bomber gap’ foi desacreditado (Roland, 2007, p. 342).

Isto não foi um fato isolado. Pelo contrário. Tornou-se um atributo permanente do mal afamado “complexo industrial-militar”. A rigor, a URSS só entrou para valer na disputa geopolítica em escala realmente mundial *depois* do choque do Petróleo de 1973, quando a elevação dos preços internacionais do óleo elevou o peso mundial da economia soviética, em meio à percepção generalizada que a hegemonia dos EUA estava em franco declínio.⁴

No entanto, mesmo com o estímulo proveniente da alta do petróleo, foi exatamente este tipo de dispêndio – a presença militar global e a luta desesperada para manter a paridade em meios de destruição – que a URSS começou a ter dificuldade de arcar. E isso, em grande medida, ocorreu porque Moscou não

(4) A percepção de que a hegemonia dos EUA emanava de várias fontes. A mais nítida derivava da forte oposição à Guerra do Vietnã, que catalisou as divisões internas em torno da polarização crescente sobre a questão racial, de gênero e a luta em torno das políticas de identidade. A desvalorização do dólar, seguida da ruptura unilateral dos acordos de Bretton Woods tendeu a ser percebida – erroneamente – como fruto da *debilidade* dos EUA frente à concorrência crescente do capitalismo japonês e alemão (criaturas de Washington, como se sabe). A expansão soviética na África e as agitações revolucionárias (particularmente na América central) aumentaram a percepção generalizada de que os EUA estavam prestes a perder sua posição de supremacia.

tinha a seu dispor um sistema comercial e financeiro apto a transmitir de forma eficaz o custo da corrida armamentista para seus aliados.⁵ Todavia, o colapso do Bloco Soviético e a redução do território russo não eliminaram totalmente a sua capacidade militar. O resultado prático disto foi o confinamento de Moscou a um espaço geopolítico muito mais exíguo: a Eurásia. Isso ajuda a esclarecer diversas tendências recentes. A mais evidente é o aquecimento da temperatura política nesta região o que, por sua vez, favoreceu o transbordamento das tensões para a África e, colateralmente, elevou o peso geopolítico da China e da Índia. A retração da esfera de influência russa tornou possível definir a política americana sobre um novo eixo: o quase monopólio da projeção global de poder de destruição a distância,⁶ amparada por um redimensionamento das forças armadas, baseadas em recursos tecnológicos de ponta, com unidades menores que, supostamente, por serem mais bem treinadas e capazes de utilizar equipamentos sofisticados seriam, a princípio, mais eficazes e polivalentes.⁷ Esta reorganização das forças armadas foi estimulada ainda mais durante o governo George Bush, alicerçada na ideia de que este novo tipo de soldado pressupõe um novo tipo de guerra, isto é, guerras com o objetivo de *mudar regimes*.

Em abril de 2003, logo após a conquista de Bagdá, enquanto ainda acreditava que o fim da guerra era iminente, o então presidente George W. Bush declarou peremptoriamente:

Nós aplicamos os novos poderes da tecnologia (...) para atingir uma força inimiga com uma velocidade e precisão incríveis. Mediante uma combinação entre estratégias criativas e tecnologias avançadas, estamos definindo a guerra em nossos próprios termos. Nesta nova era de belicosidade, nós podemos atingir um regime, e não uma nação (apud Bacevich, 2009, p. 127).

O fato é que mudar um regime não se mostrou uma tarefa tão fácil, principalmente se levarmos em conta o transbordamento das tensões para o conjunto do Oriente Médio e a redefinição da correlação de forças em uma região cada vez mais tensa e distante do modelo esperado pelos estrategistas de Washington. O resultado líquido até agora foi totalmente adverso, pois *reforçou* o poder da Rússia e da China na Eurásia (Campbell; Ratner, 2018; Kolko, 2006, p. 98-104; p. 120-124), bem como fortaleceu o poder do Irã (Kagan, 2008, p. 46 e segs.). Trata-se, evidentemente, de um eufemismo: mudar regimes significa, na prática, pacificar as zonas turbulentas com potencial de desestabilizar a economia mundial ou, até mesmo, incursões militares destinadas a abrir zonas hostis aos investimentos dos países centrais, comandados por Washington. A administração Obama, a despeito da retórica, não alterou este padrão de organização militar

(5) Além disto, dadas as desproporções entre as duas economias, o peso relativo da corrida armamentista era muito maior para os soviéticos do que para os estadunidenses. Por fim, a transposição dos ganhos tecnológicos obtidos no setor militar para a economia civil era muito mais lenta na URSS. Mas o aspecto fundamental repousa na *forma de organização dos blocos em disputa*. “Não havia ninguém, externa ou internamente, para absorver a tensão equivalente dos gastos soviéticos, que, de qualquer modo, representavam uma proporção muito maior da produção soviética – talvez um quarto – que os 7% do titânico PIB americano destinados às despesas de guerra em meados da década de 1980. Os EUA” (...) “tinham visto dependentes transformarem-se em economias tão florescentes que superavam a sua própria. No fim da década de 1970, a Comunidade Europeia e o Japão juntos eram 60% maiores do que a economia americana. Por outro lado, os aliados e dependentes dos soviéticos jamais andaram sobre seus próprios pés. Continuaram sendo um dreno constante e enorme de dezenas de milhões de dólares anuais sobre a URSS” (Hobsbawm, 1995, p. 247).

(6) A capacidade de dissuasão nuclear imediata da Rússia hoje depende quase completamente dos seus mísseis intercontinentais (o que não deixa de ser paradoxal, pois esta não era a prioridade no início da Guerra Fria: o foco recaía nas forças convencionais do pacto de Varsóvia como elemento chave de dissuasão). Mas Moscou tem investido crescentemente – e propagandeado este esforço – em sistemas táticos de armamentos que podem ser municiados com ogivas nucleares, o que indica uma intenção de recuperar o seu poder de dissuasão também em armas de menor alcance (Oliker, 2018, p. 52).

(7) Há um acalorado debate entre os especialistas em Política Internacional em torno da eficácia deste redimensionamento e, sobretudo, se os anos 90 testemunharam realmente uma “revolução” militar. Para um bom resumo da discussão, ver Murray; Knox (2009).

e de pressão diplomática O “isolacionismo” propagado por Trump até agora é apenas retórico: o estilo de engajamento dos EUA não dá mostras que irá se transformar substancialmente.⁸

A ênfase na “Guerra Tecnológica”, na realidade, corresponde também a um atributo específico da sociedade americana, que remonta à “síndrome do Vietnã”: a recusa da população a submeter-se à conscrição e a sofrer baixas em grande escala. Essa pequena tolerância às baixas tem sido contornada pelos EUA de duas maneiras: 1) a crescente privatização da Guerra, fato que reabilitou socialmente os mercenários e abriu uma nova frente para o investimento privado, consubstanciado principalmente nas *Private Security Companies* (PSC) e, em menor medida, nas *Private Military Companies* (PMC);⁹ 2) a reabilitação da conquista da cidadania pela Guerra: os “*Green Card Soldiers*”, geralmente hispânicos, que lutam pelo exército americano (ou ex-presidiários, que se alistam para limpar os registros criminais).¹⁰ Evidentemente, estas medidas são paliativas, pois dificilmente podem sustentar grandes ambições geopolíticas. A “guerra tecnológica” só funciona para fins de intimidação (Chomsky, 2002, p. 17; George, 1991), isto é, com o objetivo de sustentar, pela chantagem, a configuração geopolítica vigente que, por sua vez, ajuda a escorar um regime financeiro e político extremamente favorável aos EUA (Gowan, 2003, p. 33-34). Mesmo com base nas tecnologias de ataque remoto, a *ocupação* de territórios ou o enfrentamento de inimigos mais poderosos, com sistemas sofisticados de defesa antiaérea exige uma infantaria volumosa e, portanto, um elevado índice de baixas. Exatamente por conta disto os alvos dos EUA, desde a década de 1970, são sempre Estados militarmente insignificantes. Nenhuma pessoa sensata pode acreditar que o Iraque de Saddam Hussein, por exemplo, representava uma ameaça global (na melhor das hipóteses esta

(8) O ponto importante a destacar é que o comportamento político recente dos EUA não é excepcional. Curiosamente, para tentar ressuscitar o patriotismo nos EUA e salvar a pele de Bush, John Lewis Gaddis (2004) argumentou que o unilateralismo (conjugado ou não ao expansionismo), as guerras de preempção e a intervenção para alterar regimes representam uma *longa tradição americana*, que pode ser identificada em John Quincy Adams (que, inclusive, chegou a *teorizar* sobre a importância da preempção para garantir a segurança dos EUA (cf. p. 10-16)), Andrew Jackson, James Polk, William McKinley, Ted Roosevelt e Woodrow Wilson.

(9) A distinção entre estas duas organizações é bastante sutil. As PSCs têm como função prioritária oferecer os seguintes serviços: i) apoio *logístico simples* (comida e lavanderia para as tropas regulares, assim como limpeza e manutenção das bases militares); ii) *treinamento, inteligência e apoio tático* (sem envolvimento no conflito: operação, suporte e manutenção de equipamentos militares e, até mesmo, interrogação de prisioneiros) e iii) *policimento e segurança* de bases militares, instalações (militares ou privadas) e comboios. Esta é a atividade mais demandada no Afeganistão e no Iraque e a única a envolver eventualmente conflitos armados. As PMC's por sua vez, além dos serviços descritos, *são especializadas em combate*: são, portanto, mais claramente definíveis como organizações de mercenários e suscetíveis a condenações de cunho moral. (Percy, 2007, p. 225-226; Avant, 2005, cap. 6). Na década de 1990 havia uma nítida preponderância das PMCs, atuando principalmente na África como “apoio” para as mineradoras de diamantes e recursos naturais valiosos (as duas corporações mais emblemáticas, a *Executive Outcomes* e *Sandline*, encerraram suas atividades em 1999 e 2004, respectivamente). Contudo, a situação mudou após a Guerra do Afeganistão e do Iraque: a presença efetiva do exército americano deslocou as PMC's, ampliando a demanda por PSCs (tais como a Blackwater e a DynCorp), cujo número de “funcionários” operando no Oriente Médio pode chegar a 100.000 (Percy, 2007, p. 225). Essa diferença, contudo, é principalmente cosmiética: a ênfase na distinção advém dos donos das empresas e seus associados, que querem fugir da alcunha de mercenários. O ponto fundamental é que a atividade militar foi absorvida pelas corporações: “The fato, muitas dentre as mais ativas PMF's, tal como a *Armourgroup* ou *Vinnell*, são abertamente parte de corporações multinacionais mais amplas” (Singer, 2011, p. 41).

(10) É importante destacar que o emprego de não-cidadãos nas guerras travadas pelos EUA é uma prática muito antiga, que remonta à Guerra da Independência e foi muito expressiva na Guerra Civil. Um purista poderia dizer que estes exemplos não contam. De qualquer modo, a Primeira Guerra Mundial representou o pico das naturalizações: apenas em 1919 mais de 120.000 não-cidadãos foram naturalizados por participarem na guerra (A II Guerra Mundial foi responsável por naturalizar 142.659 pessoas. Frente a estes números, os números atuais são menores (67.871 soldados foram naturalizados entre 2001 e 2013) (Plascencia, 2015, p.174). Entre 1862 e 1952 diversos estatutos foram criados para normatizar a naturalização de estrangeiros. Esta última data representa a formulação em vigor (i.é., a seção 329, codificada como U.S.C. § 1440): “*Any person who, while an alien or a noncitizen national of the United States, has served honorably in an active-duty status in the military, air, or naval forces of the United States during either World War I or during a period beginning September 1, 1939, and ending December 31, 1946, and who, if separated from such service, was separated under honorable conditions, may be naturalized ... whether or not he has been lawfully admitted to the United States for permanent residence*” (apud Plascencia, 2015, p. 172). O que gera bastante polêmica é o fato de que o U.S.C. § 1440 manteve um aspecto comum a todas as resoluções anteriores: é mencionada claramente a possibilidade de incorporação de imigrantes ilegais aos processos de naturalização pela via militar.

avaliação foi mais um dos erros dos caríssimos serviços de inteligência, na pior, tudo não passou de uma farsa). O mesmo podemos dizer do Irã, Coréia do Norte e de todos os membros do “eixo do mal”, atores envolvidos a contragosto no micromilitarismo teatral encenado por Washington para tentar provar que os EUA são realmente uma nação indispensável (Todd, 2003, p. 31-33; p. 159-160).

Estas transformações, por sua vez, expressam um novo conjunto de contradições. A primeira delas é que, paradoxalmente, por conta da grande capacidade de destruição remota em armas convencionais, dificilmente os EUA podem ser militarmente contestados pelos Estados mais poderosos. Porém, ao mesmo tempo, dado o imbricamento entre o poder militar e poder financeiro dos EUA, Washington não pode engendrar operações militares contra estes Estados, pois esta linha de ação destruiria completamente o *status quo*, do qual os estadunidenses são os principais beneficiados. Logo, as suas ações militares envolvem cada vez mais alvos com pouco poder bélico, mas que, exatamente por isto, são menos vulneráveis à tecnologia. Contra os supostos terroristas, o ato de destruir a infraestrutura do país hospedeiro parece *agravar* o problema, pois eleva a dispersão geográfica das células terroristas e favorece o recrutamento de novos membros. Assim,

A ironia da superioridade militar americana é que ela torna a nação mais propensa a se ver envolvida em guerras não convencionais onde sua força militar intensiva em capital é pouco adequada. Os demais Estados são pouco capazes de desafiar os EUA com forças militares convencionais, mas as forças de guerrilha como as que lutam no Iraque e no Afeganistão não são fáceis de conter. Estes conflitos sugerem que a superioridade tecnológica nem sempre é um bom substituto para mais tropas no solo, e que forças guerrilheiras podem gerar danos consideráveis a uma força tecnologicamente superior (Fordhan, 2007, p. 398).

O fato é que na “luta contra o terrorismo” os alvos não são facilmente identificáveis, a ponto de a própria administração Bush ter enfatizado recorrentemente que “o inimigo pode ser qualquer um e estar em todo lugar”. Nada mudou significativamente com Obama no poder e, muito menos com Donald Trump.

O fato mais importante é que as guerras são travadas no terreno do inimigo que, por conta disto, pode recorrer a táticas de guerrilha, explorar o elemento surpresa e usar armas rudimentares (cf. Kolko, 2006, p. 108), das quais, as mais comuns são as bombas caseiras (*Improvised Explosive Devices*, na terminologia oficial do Departamento de Defesa),¹¹ responsáveis por cerca de 60% das mortes dos soldados americanos na Guerra do Iraque e em torno de 70% no Afeganistão. Trata-se, portanto, de uma forma extremamente barata de produzir baixas em um exército extremamente caro e bem equipado (Bacevich, 2009, p. 158-159). Para tentar minorar a letalidade de seus cidadãos no campo de batalha, o expediente mais usado pelos EUA em suas intervenções no terceiro-mundo envolve o apoio oportunista a alguma facção local com interesses antagônicos ao do “inimigo”. Mas o oportunismo opera nos dois sentidos: quando as circunstâncias mudam – e muitas vezes isso ocorre pelo próprio sucesso da aliança com Washington – a orientação do ex-aliado pode mudar. Saddam Hussein representou um dos casos mais clássicos deste tipo de “*blowback*” (Johnson, 2010, p. 13-26), mas há diversos outros (Mann, 2003, p. 119-136).

Quanto à segunda contradição, Andrew Bacevich, expressa nos seguintes termos: o consumismo desenfreado é uma das liberdades mais celebradas nos EUA. O usufruto desta “liberdade” intensifica o uso de recursos produzidos no exterior (petróleo, alimentos, manufaturados, etc.) fato que, *nas condições vigentes*, enreda ainda mais o militarismo. Embora exista uma correlação, o vínculo entre consumismo e

(11) Estes explosivos podem ser construídos tanto com artefatos militares como com material de uso civil (bombas baseadas em fertilizantes, combustível, etc.). Geralmente são de difícil detecção e produzem danos consideráveis, mesmo contra soldados bem treinados e equipados.

novo militarismo não é o elo dominante.¹² O amálgama é muito mais profundo. Em primeiro lugar, o orçamento militar é um dos pontos onde o consenso bipartidário é maior (Kolko, 2006, p. 5). A obsessão republicana em tentar reduzir o gasto público se concentra no orçamento destinado à área de bem-estar social. O dispêndio militar é enfaticamente apoiado pelas correntes principais do partido e tolerado pelos raros setores republicanos mais avessos ao militarismo. O Partido Democrata, por sua vez, é complacente com a miríade de interesses que passam pelo orçamento da defesa. O fato é que competição entre as três forças (marinha, exército e aeronáutica) para desenvolver autonomamente e deter os *mesmos sistemas de armamentos* geram um dispêndio redundante e difícil de ser contido, que tende a se retroalimentar.¹³

Isto põe em relevo também o peso do segundo elemento estrutural legado da Guerra Fria: a rede descentralizada de pesquisas e encomendas de artefatos bélicos que interliga os laboratórios de P&D militares, acadêmicos (exemplos mais expressivos: MIT, Caltech, Universidade da Califórnia, Stanford, Harvard, Columbia) e de grandes corporações tais como a Lockheed Martin, GE, Boeing, General Dynamics e AT&T. Por fim, para reforçar ainda mais esta rede, diversos *think tanks* (cujo papel de destaque cabe à RAND Corporation) e centros de pesquisa nas universidades americanas fomentam a centralidade do tema da “segurança” na agenda política do país.¹⁴ Assim, o vilão principal neste caso não é o consumismo, mas sim uma rede de interesses com raízes extremamente profundas na sociedade americana.

Contudo, embora seja possível lançar dúvida sobre a articulação direta entre o “consumismo irresponsável” e o novo militarismo, as preocupações reais de Bacevich evidenciam uma tensão importante, que deve ser levada em consideração. O fomento ao consumismo e a celebração do entretenimento entram em contradição com as necessidades da máquina de guerra estadunidense: entre lutar em zonas inóspitas e

(12) Bacevich faz um contorcionismo gigantesco para tentar reforçar este vínculo. Ele afirma que a conexão entre os dois fenômenos é perceptível principalmente do ponto de vista da segurança energética. Esta articulação foi consolidada no Governo Reagan que, a despeito de suas promessas, retirou do horizonte político a tarefa de reduzir a dependência de petróleo do Oriente Médio (insistir neste tópico foi a cartada desesperada de Carter para tentar um segundo mandato). Ao fazer isto e, simultaneamente, encorajar o consumo conspícuo, reduzir os impostos dos mais ricos e elevar o dispêndio militar, o resultado final foi o aprofundamento do envolvimento dos EUA no “vórtex do mundo islâmico” e consolidou de vez a tendência ao fomento da economia nacional pelo endividamento (Bacevich, 2009, p. 44; p. 48-49). Assim, quanto maior a tendência ao consumismo dos cidadãos americanos, *maior a extroversão de sua economia* (prioritariamente por conta das redes de produção transnacional) e, portanto, maior a tendência à deterioração da balança comercial. A manutenção deste padrão *exige* a preservação do dólar como a moeda reserva internacional em caráter fiduciário (e a atratividade dos serviços financeiros dos EUA), assim como *o acesso barato e constante às commodities e recursos estratégicos situados no exterior*. Aqui o papel do militarismo é decisivo: primeiro, para garantir a adesão dos estados centrais às instituições e regimes impostos *predominantemente* por Washington. E, em segundo lugar, para assegurar o acesso coletivo dos países desenvolvidos aos recursos estratégicos situados na periferia. As intervenções militares ocorrem apenas na periferia, em duas situações: nos momentos onde as forças sociais associadas à ordem americana entram em crise ou então, quando Washington decide que os custos para promover uma “mudança de regime” são menores que os benefícios esperados.

(13) Um dos casos mais clássicos envolveu a disputa entre a aeronáutica e o exército para construir mísseis balísticos no começo dos anos 50. No início da Guerra Fria, os oficiais do exército afirmavam que os mísseis são uma evolução da artilharia, logo, deveriam ser controlados pelo exército. O então influente Comando Aéreo Estratégico, por sua vez, insistia que os mísseis eram um apoio importante ao bombardeio estratégico, tido por eles como o principal elemento de dissuasão. Pouco tempo depois a marinha também entrou na disputa, ao demandar um sistema de mísseis (para reforçar o tripé nos meios de lançamento) e passou a demandar aviões e a reforçar sua divisão de fuzileiros navais (para garantir a “capacidade anfíbia”, tida como essencial para projetar poder em terras distantes). A introdução dos mísseis de cruzeiro (como o Tomahawk) gerou novos motivos de ciúmes: por serem lançados por navios a uma distância segura, e serem menos vulneráveis aos sistemas antimísseis (que somente funcionam razoavelmente bem contra mísseis balísticos), representantes da Marinha queriam aumentar os seus recursos em detrimento da Aeronáutica (que, por sua vez, pressionava na pesquisa e produção de caças-bombardeiros furtivos dotados com mísseis de cruzeiro). A Guerra do Golfo produziu o primeiro embate nesta nova geração de armamentos: a marinha lançava seus mísseis do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, enquanto a Aeronáutica dos seus bombardeiros, que decolavam dos EUA (Biddle, 2007, p. 138-141; 179-182). Em suma: neste caso, dada a irrelevância militar do inimigo, a maior rivalidade estava entre setores distintos das mesmas forças armadas.

(14) A linha de frente na defesa do militarismo geralmente sai destes centros, e cultuam autores ou estrategistas como Albert Wohlstetter, Richard Perle, Paul Nitze, Robert Jervis e John Mearsheimer.

passar no Shopping Center, os americanos tendem a escolher a segunda opção.¹⁵ Isto acentua o problema da falta de soldados, que obriga Washington a recorrer aos precários expedientes anteriormente citados (mercenários, *green card soldiers*, associação com *warlords* e guerrilheiros locais, etc.) para as operações com maior risco de baixas. Os conflitos endêmicos no plano internacional exacerbam as tensões sociais internas, fato que *acentua* um expediente típico da Guerra Fria: o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do Congresso e da Constituição, bem como ofusca a fronteira entre a dimensão pública – isto é, os milionários contratos públicos longe do escrutínio popular – e a privada. Assim, somente a riqueza, a expansão política e/ou uma ameaça “global” digna de crédito são capazes de manter a unidade em uma sociedade tendencialmente tão dividida. Esta ideia tem sido sustentada por autores de diversas orientações ideológicas. Para citar alguns exemplos: Michael Mann, ao criticar a “esquizofrenia política” estadunidense chega, por outras vias, ao mesmo diagnóstico (cf. Mann, 2006, cap. 3). O mesmo ocorre com o recém-falecido Chalmers Johnson que, de forma quase obsessiva, insistia na conexão entre esta forma de atuação internacional e as crescentes tensões *internas* nos EUA (cf. Johnson, 2010, p. 29-39; p. 52-63). Porém, Harold Lasswell, que cunhou a expressão “*garrison state*” foi um dos pioneiros desta linha de crítica (Lasswell, 1941).

2 Tensões e possibilidades gerais

Uma das características fundamentais da (des)ordem contemporânea é o crescente hiato entre o peso relativo da economia dos EUA e as obrigações políticas de uma superpotência solitária que, por conta de sua posição central, é forçada a operar em todos os teatros geopolíticos. Neste sentido, a situação é radicalmente diferente do cenário do imediato pós-II Guerra Mundial, onde a assimetria econômica entre os EUA e as potências eurásianas era gigantesca. A Europa estava enfraquecida, a Libra praticamente morta como moeda mundial e a União Soviética, embora bem posicionada militarmente na Europa, sofreu perdas gigantescas durante o conflito e era incapaz de operar geopoliticamente fora do seu perímetro estratégico mais imediato. Nestas condições, somente Washington podia tomar a iniciativa de reconstruir o comércio mundial e desempenhar o papel de protetor da ordem liberal. Hoje o cenário é bem distinto: a economia dos EUA não é mais tão superior à dos seus aliados-rivais e, além disso, a transacionalização do seu setor produtivo gera pressões adicionais na política nacional. Em suma: é crescente o descompasso entre o peso relativo da economia estadunidense e as obrigações políticas em um mundo cada vez mais propenso aos conflitos militares e sociais.

É a essa luz que deve ser analisada a suposta acusação de unilateralismo feita recorrentemente aos EUA. De um modo geral, posturas unilaterais representam um sintoma de *fraqueza*, isto é, um sinal de que a coerção política é cada vez mais fundamental para manter as assimetrias econômicas que fundamentam a posição dos EUA. Com a palavra, um expoente do conservadorismo francês:

O debate sobre a ‘globalização’ está em parte desvinculado da realidade, pois com frequência se aceita a representação ortodoxa das trocas comerciais e financeiras simétricas, homogêneas, nas quais nenhum país ocupa lugar particular. Os conceitos abstratos de trabalho, lucro e liberdade de circulação do capital mascaram um elemento fundamental: o papel específico do mais importante dos países na nova organização do mundo econômico. Se a América declinou muito sob o aspecto do poderio econômico relativo, conseguiu por outro lado aumentar maciçamente a sua capacidade de saque na economia mundial: tornou-se objetivamente predadora. Essa situação deveria ser interpretada como sinal de força

(15) “Aqui reside o grande paradoxo de nossa época: enquanto a defesa da liberdade americana aparentemente demanda que as tropas dos EUA lutem em lugares como o Iraque e o Afeganistão, o exercício desta liberdade em casa corrompe a capacidade da nação lutar. Um grande bazar proporciona uma base inadequada para erigir um vasto império” (Bacevich, 2009, p. 11).

ou de fraqueza? O certo é que a América terá de lutar política e militarmente para manter uma hegemonia já agora indispensável ao seu padrão de vida” (Todd, 2002, p. 25-26).¹⁶

A preservação dessa estrutura predatória é fundamental por conta dos padrões sociais construídos nos EUA durante a transição ao dito “neoliberalismo”. É importante notar como o ativista radical Gabriel KOLKO afirma com veemência – e também de forma bastante exagerada - o mesmo argumento básico do conservador Todd:

Os EUA precisam aceitar as consequências políticas e militares do fato de que o mundo não é mais dependente de sua força econômica como fora depois de 1945, e que as ambições e arrogância que desenvolveu desde então são crescentemente irrelevantes. Na verdade, devem reconhecer que existem hoje outras nações com poder econômico similar ou até mesmo, no futuro próximo, superior ao seu. Os EUA hoje são totalmente dependentes da economia mundial, que uma vez dominaram, bem como de nações que possuem poder próprio (2009, p. 163).

Neste sentido, *embora o potencial de autarquização dos EUA seja imenso*, uma mudança de trajetória nesta direção, por ser totalmente incompatível com o padrão econômico e de sociabilidade consolidado durante a grande expansão dos anos 1990, só ocorreria em casos extremos. Assim, chegamos a uma situação curiosa, pois a autoproclamada “nação indispensável” é que, na realidade, *depende* de uma estrutura comercial e financeira internacional cada vez mais difícil de ser mantida.¹⁷

É neste quadro mais amplo que devemos tentar compreender o fracasso relativo do projeto imperial que se insinuava já no Governo Clinton, mas que somente encontrou um terreno fértil após o 11 de Setembro de 2001. A insistência na via militar, mediante ações que ultrapassassem os limites do “micromilitarismo teatral”, teria como resultado mais provável a criação de uma (des) ordem mundial baseada em blocos regionais hostis, fundados na combinação entre militarismo e protecionismo econômico (Cox, 1996, p. 114-115; Kupchan, 2002, p. 96-97). Além da indução a políticas de contrapeso (equilíbrio de poder) derivadas do unilateralismo de Washington,¹⁸ as tensões sociais provenientes das dificuldades

(16) Esse aspecto em particular é, *mutatis mutandis*, compatível com a reflexão de Peter Gowan sobre a constituição e a *crise* do que ele denominou “Regime Dólar Wall Street”, isto é, um *regime de acumulação* centrado na primazia militar dos EUA e na centralidade do Dólar como moeda internacional, que opera para tentar perpetuar a estrutura básica da divisão internacional do trabalho – o primado da tríade *sob a liderança dos EUA* – e a dominância das finanças e da reprodução do capital em geral em detrimento do trabalho (Gowan, 2003 e 2009)

(17) Uma breve reconstituição da trajetória dos EUA revela com mais clareza este atributo. No século XIX, após a Guerra Civil, em meio a uma tensa tentativa de construir sua identidade nacional, o país desenvolveu um mercantilismo agressivo que tinha pelo menos duas dimensões. A externa era centrada na luta para aprimorar a sua participação no “velho” circuito de trocas do Atlântico e, simultaneamente, se posicionar com vantagem, no “novo” e tenso circuito do Pacífico (neste caso, com base no “imperialismo das portas abertas” (Willians, 1988)). Como em toda política “mercantilista”, a segunda dimensão envolvia a defesa do mercado nacional. Mas, no caso americano, esta orientação foi bastante singular, como atesta a imagem criada por Arrighi: os EUA se converteram em uma “espécie de ‘buraco negro’, dotado de um poder de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir” (Arrighi, 2008, p. 59). Por conta das dimensões e a ampla capacidade de autarquia do seu mercado interno, Washington foi capaz de realizar uma política externa pragmática, de mínimo envolvimento nos “problemas do Velho Mundo”, bem como uma política comercial agressiva, que permitiu aos EUA formarem superávits comerciais gigantescos. As duas guerras mundiais – mesmo com o interlúdio da Grande Depressão – reforçaram ainda mais esse padrão. A situação mudou em 1945-7, mas não completamente: até a década de 1960, a despeito dos surtos catastrofistas, Washington mantinha claramente a iniciativa *tanto no teatro mais vasto da Política Mundial* quanto na administração do bloco capitalista. Hoje, a situação está mudando rapidamente: “No exato momento em que o mundo, em processo de estabilização educacional, demográfica e democrática, está a ponto de descobrir que pode dispensar a América, a América se dá conta de que não pode mais dispensar o mundo” (Todd, 2002, p. 25). Esta é, de fato, uma possibilidade que, no entanto, pode ser revertida. Nisto reside, em grande medida, a disputa político-estratégica central dos nossos dias.

(18) Sobre este tema, no campo da política internacional, há uma ampla e variada bibliografia. O ponto de partida da discussão foi, naturalmente, a discussão em torno da reconfiguração da polaridade do sistema internacional que se seguiu ao colapso da URSS (i.e. até quando duraria a unipolaridade, quantos e quais polos poderiam se formar, qual seria a natureza de suas composições, etc.). O debate perdeu força alguns anos depois, em grande medida por conta da expansão econômica dos anos 90

econômicas podem fortalecer o protecionismo nos países centrais, ampliando o peso econômico – e, também político – dos vários sistemas regionais. Nesta visão, o protecionismo econômico seria o possível detonador de alianças políticas que erodiriam a primazia dos EUA. Há, contudo, uma maneira inversa de pensar. Mesmo antes da crise e das dificuldades militares no Oriente Médio, diversos *police makers*, raciocinando sempre com base no mecanismo do equilíbrio de poder, já vislumbravam um cenário como este. Nesta tradição, a discussão deriva quase imediatamente para a tarefa de identificar o polo ou os polos que se oporiam politicamente (i.é. militarmente) aos EUA (Mariutti, 2009, p. 73-82). Esse debate é importante, mas precisa ser aprimorado e ampliado. Pretendo, contudo, discutir neste momento outro aspecto do problema.

Boa parte destas contradições passa pela tensão entre duas orientações opostas: uma das possibilidades envolveria o *aprofundamento* da estrutura de poder social contemporânea, ou seja, uma política definida ao sabor das grandes tendências vigentes, isto é, a crescente internacionalização da produção, o reforço da percepção de que a liberdade na esfera privada deve ser o elemento dominante na vida social e a cristalização dos direitos de propriedade de uma oligarquia crescentemente transnacional, mas amparada na supremacia militar dos EUA e de sua rede de aliados. A orientação oposta, por sua vez, envolveria uma progressiva retração do comércio internacional e da dimensão transnacional, na medida em que os Estados ou *blocos regionais*, respondendo às tensões sociais internas, seriam forçados a colocar em primeiro plano a cena política nacional (ou regional), lutando para exportar para o exterior as dificuldades, mediante a clássica política do “*beggar thy neighbour*”. Há ainda uma possibilidade intermediária: a criação de mecanismos de regulação social e financeira capazes de atenuar as tensões e criar um ambiente social minimamente propício ao desenvolvimento econômico, norteado pela sustentabilidade e pela distribuição de renda. Contudo, mesmo essa perspectiva, exige transformações muito mais substanciais do que apregoam os analistas que se julgam progressistas, porém “responsáveis”.

3 Os desafios do ponto de vista dos EUA: a conjuntura atual

O principal desafio aos *police makers* em Washington envolve preservar a relação até então sinérgica entre a busca da superioridade militar dos EUA em escala mundial e a preservação da sua liderança no setor de alta tecnologia. Ambas as tarefas dependem da preservação do dólar no topo da pirâmide monetária internacional,¹⁹ em um momento onde a rivalidade entre as zonas monetárias está se intensificado, em grande parte estimuladas pelas transformações na geografia econômica mundial e o correspondente aquecimento da temperatura política na Eurásia. Além disso, para complicar ainda mais o cenário, o processo de transnacionalização das grandes corporações mundiais²⁰ reduziu o poder de controle dos Estados sobre as suas operações, gerando tensões sociais suplementares.²¹ Do ponto de vista geopolítico, parte do problema deriva do próprio sucesso na Guerra Fria: a derrota da URSS retirou uma das principais legitimações internas para o comprometimento fiscal destinado a garantir a segurança do

liderada pelos países centrais. A discussão ressurgiu após o anúncio da doutrina Bush e voltou a se aquecer depois da crise de 2008. Um bom ponto de partida para compreender os contornos básicos do debate pode ser encontrado em Ikenberry (2002).

(19) Sobre este conceito, ver Cohen (1998; 2004).

(20) O poder dessas empresas deriva da sua imensa capacidade de captar recursos financeiros e direcioná-los para atividades especulativas e para paraísos financeiros, fora do fisco e da jurisdição dos seus Estados de origem. As corporações também desenvolveram a capacidade de realizar Pesquisa e Desenvolvimento em seus próprios laboratórios, uma característica crucial não só para manterem-se na fronteira da concorrência internacional, mas também como um recurso de poder.

(21) Aqui é importante esclarecer um aspecto: isto não deve ser percebido como uma redução ou retirada do Estado. A capacidade de *controle* do Estado sobre as empresas era maior antes da *transnacionalização* de fato da produção e das finanças que se seguiu ao colapso dos sistemas regulatórios associados às conferências de Bretton Woods. No entanto, sem um conjunto de instituições arbitradas pelos Estados mais poderosos uma economia transnacional não é capaz de funcionar. Logo, o que muda principalmente é o modo com que os Estados interagem e ajudam a regular a economia internacional.

“mundo livre”²² e, do ponto de vista internacional, para os privilégios “exorbitantes” da moeda americana, bem como para justificar a sua presença militar maciça na Eurásia. Em grande medida, em um paradoxo aparente, é exatamente a assimetria de poder em armamentos convencionais por parte dos EUA que tem alimentado os seus principais temores: a proliferação das armas nucleares e o terrorismo internacional.

3.1 O problema da guerra assimétrica

É recorrente entre os especialistas a sugestão de projetos para tentar reduzir o papel das armas nucleares como garantia de dissuasão na política de segurança dos EUA. Ancorado na utopia de um mundo sem armas nucleares, o governo Obama tendeu a estimular a substituição progressiva das ogivas nucleares americanas por armamentos convencionais que tenham a mesma função (como o projeto *Conventional Prompt Global Strike*²³), porém, com danos colaterais menores. No entanto, esta iniciativa não foi muito bem-sucedida. A reação interna – bastante previsível, diga-se de passagem – foi praticamente imediata. As bases mais militaristas dos Republicanos no Congresso resistiram imediatamente e o Pentágono nunca embarcou no ideal de tentar efetivamente eliminar as armas nucleares, mesmo em um cenário de longuíssimo prazo (Tannenwald, 2018, p. 21). Por fim, Obama nunca conseguiu convencer Moscou e Pequim²⁴ da viabilidade da eliminação das armas nucleares e, até mesmo, do avanço de políticas de desarmamento. Mas há ainda aspecto a ser destacado. O reforço e ampliação da capacidade de uso remoto de armas convencionais pelos EUA acabou *estimulando* a demanda pela difusão das armas nucleares. A percepção geral é que quanto mais os EUA aumentarem a sua superioridade em meios convencionais, *mais atrativas vão ser as armas nucleares para os Estados menos poderosos*, exatamente por seu potencial de dissuasão *local* a custos relativamente pequenos (Futter, 2011). Desde que assumiu o poder Trump tem se mostrado decidido a ampliar o tanto a dimensão nuclear – principalmente com a produção e eventual emprego de armas nucleares de uso tático- quanto a convencional das forças armadas estadunidenses,²⁵ sinalizando inclusive a possibilidade de recorrer ao emprego limitado de ataques nucleares para tranquilizar seus aliados (Colby, 2018, p. 26; 30-32).

(22) Termo que, na Guerra Fria, era conscientemente usado em lugar da palavra mais correta, que agora passa a ser usada de forma eloquente: capitalismo. Além disso, hoje boa parte dos estadunidenses falam abertamente na necessidade de preservar o *império* americano (cf. Bacevich, 2002)

(23) O propósito deste projeto é criar a capacidade de atingir alvos em qualquer ponto da terra em até uma hora, empregando principalmente mísseis hipersônicos que viajam acima de 5 vezes a velocidade do som. O projeto começou a ser delineado em 2003 e, recentemente, tem recebido mais recursos (Cf. Wolf, 2019).

(24) “China has been more restrained than Russia in its nuclear buildup, but it is also developing modern, nuclear-capable forces that could be used in a regional conflict, such as the DF-21 and DF-26 ballistic missiles. These are just the type of weapons China would need to checkmate the United States in Asia” (Colby, 2018, p. 28). O problema é que, de forma deliberada, Pequim mesclou seus armamentos nucleares aos convencionais: “China, by contrast, not only has nuclear weapons; it has also intermingled them with its conventional military forces, making it difficult to attack one without attacking the other. This means that a major U.S. military campaign targeting China’s conventional forces would likely also threaten its nuclear arsenal. Faced with such a threat, Chinese leaders could decide to use their nuclear weapons while they were still able to” (Talmadge, 2018, p. 44).

(25) “The president has not only enthusiastically embraced Obama’s modernization program but also committed the United States to an even more massive expansion of its nuclear arsenal. Nearly every element of the U.S. nuclear arsenal is slated to be upgraded, at a mind-boggling cost of \$1.7 trillion over the next 30 years. This includes \$100 billion for an expansion of the intercontinental ballistic missile program, including 666 new missiles; the development of a novel, technically risky “interoperable” warhead that the Obama administration had put on hold; and 80 new warhead “pits” per year (a pit is the fissile core of a weapon). It also includes a significant increase in spending on developing, testing, and deploying new nuclear weapons. These changes were enshrined in doctrine in February 2018, with the release of the Trump administration’s Nuclear Posture Review, which calls for the development of two new warheads and expanded ways to use nuclear weapons. The United States is now pursuing the most belligerent arms buildup since the end of the Cold War” (Tannenwald, 2018, p. 22).

Além disto, é exatamente esse exagerado desequilíbrio de poder militar em favor dos EUA que, na prática, engendra o terrorismo como tática dominante pelos grupos mais fracos e, sobretudo, como um fenômeno transnacional:

Mas em suas manifestações precedentes, o terrorismo surgia como um elemento detonador da revolta, a antessala de enfrentamentos abertos e maciços que culminariam na vitória da ‘boa’ causa. O que há de perturbadoramente novo na forma que ele adquire no presente é a sua conversão tendencial em estratégia autônoma, desconectada dos processos de luta conduzidos por grupos sociais identificados. Essa estratégia conta com a elevada sensibilidade da opinião pública aos espetáculos mórbidos de violência indiscriminada que particiona, e se vale de todas as possibilidades abertas pelos meios de comunicação de massa para veicular sua dupla mensagem. *Nesse sentido, o terrorismo transnacional é o avesso do ‘novo modo ocidental de guerra’: uma forma extrema, pelo mais fraco, de produção de assimetria* (Velasco e Cruz, 2011 p. 7 – grifo meu).

Portanto, as “saídas” pela via militar simplesmente reproduzem e intensificam os problemas. Nesta mesma linha deve ser analisado o reforço das operações “secretas” – realizadas por *drones* ou forças especiais - para assassinar insurgentes (*target killing* e o controverso *signature killing*²⁶) e demais “ameaças”, muito frequentes no Paquistão e no Iêmen. Estes expedientes de fato eliminam alvos considerados importantes, mas a um custo muito grande: o elevado número de vítimas colaterais age como uma catalisador do radicalismo e, no fim das contas, agrega mais membros para a causa dos insurgentes.

3.2 A via para a Guerra do Iraque e seu legado

George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump tiveram de operar dentro de um equilíbrio precário entre forças que, em uma situação limite, podem entrar em franca oposição. De um lado se situam as pressões por uma economia internacional mais aberta (pelo menos para o investimento americano), que emanam da rede de interesses plutocráticos que gravitam ao redor das corporações transnacionais, dos grandes varejistas e dos investidores corporativos que possuem tentáculos em Washington. Na outra ponta se posicionam as forças de matiz mais nacionalista e protecionista, expressas pelos setores econômicos bem enraizados na economia americana mas que são menos competitivos (a indústria de base, citricultura, alumínio, etc.) e, portanto, dependem do protecionismo estatal (e, muitas vezes, de uma diplomacia econômica mais agressiva. Ao lado destes se posicionam os sindicatos mais poderosos e sua rede de associados que tendem para uma orientação mais “nacionalista”. Por fim, há um gigantesco aglomerado de grupos socioeconômicos menores e mais difusos que, exatamente por serem fragmentários, não possuem capacidade de exercer pressão política em bases institucionais, sendo, portanto, menos previsíveis e, boa parte deles, muito mais suscetíveis aos apelos apocalípticos e ao populismo nacionalista. A resultante final da orientação da política externa estadunidense depende, em grande medida, dos arranjos entre estas forças que, até o momento, ainda não entraram em uma tensão irreconciliável. No entanto, esta acomodação não tem raízes muito profundas. A grande expansão econômica dos anos 90 gerou um efeito curioso: amorteceu as tensões sociais ligadas mais diretamente à economia e, ao mesmo tempo, *ampliou* as divergências ligadas aos costumes e às questões raciais e de gênero. Aparentemente, se atentarmos para o debate público no período, a América tinha superado o “problema econômico”, fato que deslocou as linhas de cisão para a dimensão cultural e religiosa: a prosperidade era dada como certa, a questão envolvia definir quais eram os valores genuinamente “americanos”, e isso gerava uma tensão que tendia a posições irredutíveis entre as

(26) No primeiro caso, o alvo são insurgentes conhecidos e monitorados pelos serviços de inteligência dos EUA. No segundo, o alvo são pessoas desconhecidas, mas que, pelos seus padrões de comportamento, são classificadas como ameaças potenciais. Como as decisões precisam ser tomadas com urgência, e é praticamente impossível confirmar com clareza se o alvo era realmente uma ameaça, estas operações são as mais controversas (Peron, 2016, p. 33-48).

vertentes seculares (extremamente divididas quanto ao papel dos EUA no mundo) e o amplo arco de vertentes cuja orientação principal é religiosa.²⁷

Neste cenário era difícil conciliar as diversas posições e o chamado “projeto imperial” – ao estilo de Irving Kristol - tendia a sofrer resistência dos setores sociais mais orientados para os problemas internos dos EUA. No entanto, o atentado terrorista ao *World Trade Center* em 2001 produziu uma transformação radical, ao promover dois movimentos. O primeiro foi a preponderância, dentro dos conservadores, de uma linha diplomática mais agressiva e intervencionista, disposta a “completar” a americanização do mundo: os neoconservadores (Anderson, 2013b, p. 16 e segs; Teixeira, 2007). O segundo movimento derivou da criação de um ambiente propício à aliança entre os neo e teoconservadores que encurralou a esquerda e os conservadores isolacionistas e, deste modo, abriu caminho para a invasão do Iraque. Mas esta associação foi muito mais um produto das circunstâncias – um “acidente histórico”, na visão um tanto exagerada e voluntarista de Michael Mann (2006 p. 18-20) – do que um elemento estrutural. O único ponto de convergência que não é meramente conjuntural deriva do peculiar universalismo estadunidense que, simplificando, ramifica-se em uma vertente secular – da qual fazem parte os *neocons* – e outra mística – na qual os *teocons* representam a posição mais extrema.²⁸ Mas o alcance reduzido limite desta coalizão conservadora é evidente: o pragmatismo dos neocons é, no limite, incompatível com a lógica de convicção dos teoconservadores. E, como será discutido logo à frente, este bloco foi rompido pela formação de novas ramificações dentre os conservadores que pavimentou a eleição de Donald Trump.

Descontentes com os inúmeros *blowbacks* derivados do estilo indireto de domínio estadunidense sobre o Oriente Médio²⁹ – onde a Arábia Saudita figura hoje como o modelo paradigmático – parte dos *police makers* propuseram uma aposta ousada: aproveitar o clima que se seguiu ao 11 de Setembro de 2001 para invadir e utilizar o Iraque como uma cabeça de ponte para promover uma mudança radical de regime em todo o Oriente Médio. Uma vez consolidado o novo poder – com apoio direto e treinamento oficial de Washington, amparado no uso das empresas privadas de segurança – as sanções econômicas poderiam ser retiradas, dando livre vazão às exportações e estimulando deste modo a economia local para estabelecer um programa de longo prazo similar ao que ocorreu no Japão, após o final da Segunda Guerra mundial:

(27) É por isto que as divisões da sociedade estadunidense *não se traduzem fundamentalmente* na oposição entre Democratas e Republicanos. Logo, exatamente por que as diferenças fundamentais são muito mais profundas, pois encontram-se arraigadas na própria vida social, dimensão onde os arranjos políticos formais – a luta partidária e as políticas de governo - só conseguem arranhar levemente, é perfeitamente possível realizar um projeto político que, no longo prazo, é essencialmente bipartidário. Como se verá na próxima seção, Trump soube explorar com muita sagacidade esta percepção para se apresentar como uma força inovadora e *anti-establishment* mas que, na prática, não muda nada, apenas amplifica as fissuras.

(28) A ofensiva criacionista contra a educação secular não é o único dano à civilização que estas seitas de fanáticos produziram. Boa parte da política agressiva dos EUA no Oriente Médio é efusivamente apoiada por parcela significativa desses sectários. Neste caso em particular, a facção dos cristãos sionistas (um ramo da heterogênea, mas cada vez mais influente direita cristã) desempenha um papel de destaque: seu apoio incondicional a Israel se fundamenta na bisonha tese de que *essa é a vontade de Deus*. Como supostamente revela o Apocalipse, a criação de Israel é um momento chave para desencadear a segunda ressurreição de Cristo, que liderará a “batalha final” contra as forças do demônio (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 107-108; 132-139). Na realidade, a articulação entre radicalismo religioso, política e guerra é uma tradição americana: nos séculos XVIII e XIX as divisões religiosas eram indissociáveis das divisões políticas. Na segunda metade do século XX, enquanto as atenções dos acadêmicos se voltavam para os dilemas político-econômicos da Guerra Fria, as seitas religiosas se multiplicaram nos EUA, pautando em grande medida a cena política nacional (Phillips, 2006, cap. 4; McDougall, 1997). Assim, a visibilidade e a influência do radicalismo religioso apocalíptico não é algo episódico, na medida em que configura uma tendência de longo prazo, inscrita nas tradições mais fundamentais da sociedade americana. Tragicamente, em algumas circunstâncias, essas forças conseguem preponderar sobre a tradição de liberdade secular e de cosmopolitismo que, é importante frisar, também é um elemento formador da pujante sociedade americana.

(29) Isto é, por intermédio de um regime de opressão por parte das elites locais, patrocinado e supervisionado por Washington que, deste modo, consegue manter a baixo custo um importante dispositivo de controle sobre os preços internacionais do petróleo. O lado negativo: essa opressão dissemina a raiva contra o “Ocidente” – personificada nos EUA e em seus aliados – que aumenta a oferta de guerrilheiros para as organizações classificadas como “terroristas”.

exercer uma pressão para as elites locais modernizarem as suas formas de domínio, distribuindo melhor a riqueza, gerando um grau maior de conforto social para a população que, neste cenário, talvez enxergasse algum papel benevolente nas ações dos EUA. Isto poderia encorajar a adesão – *bandwagon* - de algumas zonas radicalizadas próximas ao Iraque, criando um novo cenário que poderia abrir alguma margem para resolver os problemas mais espinhosos, como a questão palestina, por exemplo (Anderson, 2002, p. 18) e, deste modo, consolidar uma orientação pró-americana na região de forma menos abrasiva e com menos custos no logo prazo.

No entanto, a invasão deste país iniciada em 2003 detonou uma guerra civil violenta que não somente passou a retroalimentar a tendência à guerra assimétrica anteriormente comentada como alargou a zona da sua incidência nesta região. Durante o conflito o Irã passou a dar suporte às milícias iraquianas e, com isto, elevou significativamente as baixas no exército americano promovendo uma escalada do conflito quer reforçou o poder de Teerã. Esta percepção de força levou o Irã a acelerar o seu programa nuclear e, frente a esta nova cartada, mesmo enfrentando dificuldades no Iraque, Washington passou a considerar ataques às instalações iranianas e até mesmo uma invasão. Após vencer as eleições, Barack Obama – crítico ferrenho da guerra ao Iraque - tentou uma tática alternativa que, já no final do segundo mandato, culminou no “The Joint Comprehensive Plan of Action”, isto é, o acordo nuclear de 2015.³⁰ Esta medida foi fustigada por Donald Trump durante a sua campanha e, já instalado no poder, Trump não apenas denunciou unilateralmente o acordo em 2018 como foi além: estabeleceu sanções econômicas pesadas à economia do Irã (particularmente sobre as exportações de petróleo) e impôs uma política de “pressão máxima”, composta por uma lista de 12 demandas que, na prática, contradizem todos os elementos principais da estratégia regional de Teerã. O Irã, por sua vez, não cedeu e passou a adotar um conjunto de retaliações agressivas, onde a mais explícita foi a controversa derrubada recente do Drone americano no Golfo Pérsico. Esta retaliação, que conta com apoio popular entre os iranianos,³¹ combinada com a insistência de Washington na pressão ao regime iraniano –Mike Pompeo tem insistido na possibilidade de uma ação militar contra Teerã - pode desembocar em uma guerra de fato (Ostovar, 2019), algo que traria consequências imprevisíveis e um elevado potencial de escalada.³²

(30) O acordo foi firmado em meio a muita polêmica. Em primeiro lugar, por permitir o enriquecimento de urânio inclusive em escala industrial. E, principalmente, por encorajar os rivais locais do Irã (a Arábia Saudita em particular) a iniciarem programas nucleares ou, como é o caso dos Emirados Árabes Unidos, de reconsiderar a renúncia ao seu programa. Uma posição crítica ao acordo, apresentada logo no começo da vigência do acordo pode ser encontrada em Cohen, Edleman e Takeyh (2016). Já na condição de Secretário de Estado dos EUA, Michael Pompeo apresentou a sua visão sobre o motivo do “fracasso” do plano: “*With Iran, likewise, the deal that the Obama administration struck in 2015 – the Joint Comprehensive Plan of Action, or JCPOA failed to end the country’s nuclear ambitions. In fact, because Iran knew that the Obama administration would prioritize preserving the deal over everything else, the JCPOA created a sense of impunity on the part of the regime, allowing it to increase its support for malign activity. The deal has also given Tehran piles of money, which the supreme leader has used to sponsor all types of terrorism throughout the Middle East (with few consequences in response) and which have boosted the economic fortunes of a regime that remains bent on exporting its revolution abroad and imposing it at home*” (Pompeo, 2018, p. 59-60).

(31) “*Iran’s economic situation has deteriorated since the U.S. administration of President Donald Trump reimposed sanctions after withdrawing from the deal. Government dysfunctions are partly responsible for the malaise, but Iranians nevertheless blame the United States for it. They do so because they are convinced that the party that did not keep its end of the nuclear bargain was the Trump administration, not the government of Iranian President Hassan Rouhani*” (Mousavian, 2019).

(32) O cenário é particularmente explosivo dada a exacerbação da recorrente tensão entre o Irã e Israel. Pelo menos desde meados de 2018 a força Quds (unidade especial da Guarda Revolucionária Islâmica, especializada em ações de insurgência fora do território iraniano (Dubowitz; Takeyh, 2017)) tem se posicionado na Síria em pontos estratégicos para um eventual ataque contra Israel (Friedman, 2018). Um conflito direto entre Washington e Teerã seguramente irradiaria para a Síria que, como se sabe, já é um cenário extremamente tenso.

3.3 O Front Interno

A Política Internacional, embora muito saliente na camada mais erudita da sociedade americana, sempre foi um tema secundário no debate público estadunidense. E, especialmente para o cidadão médio, esta temática é abordada sempre do ponto de vista das suas implicações para a sua vida cotidiana. Deste prisma, em uma primeira aproximação, sempre existiu um acirrado debate no interior dos EUA sobre o grau e a natureza do envolvimento de Washington nos assuntos internacionais: a construção de uma “fortaleza” nas Américas (isolacionismo) ou um papel internacional mais ativo, marcado pelo engajamento nas principais questões internacionais. Estas duas orientações, curiosamente, emanam da arraigada noção do *excepcionalismo americano*. A retórica isolacionista tende a se basear na crença de que as virtudes da sociedade americana só podem ser preservadas se ela ficar isolada do mundo decaído (embora, é claro, em uma posição de segurança). Já a posição mais intervencionista gravita entre um ativismo messiânico – no qual os americanos se sentem e se comportam como os redentores de uma humanidade corrompida (Anderson, 2013a, p. 8) – e um pseudocosmopolitismo, onde Washington se apresenta como o alicerce e o principal gestor de uma “ordem internacional liberal” ou, em outra nota, como os fiadores de um mundo mais seguro e compatível com os “valores americanos”. No primeiro caso a excepcionalidade americana só pode ser garantida pelo isolamento e contenção das ameaças externas ao seu modo de vida, especialmente quando elas se incrustam no território nacional. No segundo, somente os Estados Unidos seriam capazes de criar um ambiente internacional propício a uma sociedade comercial competitiva ancorada no empreendedorismo e na livre iniciativa.

Dentre os adeptos de um maior envolvimento internacional é possível distinguir duas orientações distintas que podem – e geralmente o fazem – se sobrepor: i) a tradição “hamiltoniana” que define como um elemento vital do interesse americano a consolidação de um poder executivo forte, capaz de proteger a economia dos EUA e, simultaneamente, pressionar pela criação de um sistema comercial e financeiro mundial aberto, ao estilo dos *Free Traders* britânicos da era vitoriana (Mead, 1996); ii) a vertente “Wilsoniana” que também defende o comércio livre em escala mundial, mas com ênfase nos valores morais, onde a promoção dos direitos humanos, da democracia e a luta contra o autoritarismo é tão ou mais importante que a preservação de uma economia mundial liberal (Mead, 2017, p. 2-3).³³ Logo, a despeito da fricção, a disputa entre estas duas correntes tinha uma zona de coincidência – o compromisso de Washington com um engajamento significativo nas principais questões internacionais – que era forte o suficiente para silenciar outros discursos e orientações, especialmente as posturas associadas ao isolacionismo.

Este entendimento predominou pelo menos até a eleição de Donald Trump, que recorreu a uma retórica isolacionista, onde o bordão “America First” representa o símbolo mais eloquente e emblemática desta predisposição. O primeiro ponto a ser destacado é que, mesmo em seu valor facial, este discurso *reforça* o excepcionalismo americano:

Yet “America first” is less out of step with U.S. history than meets the eye. Trump is not so much abandoning American exceptionalism as he is tapping into an earlier incarnation of it. Since World War II, the country’s exceptional mission has centered on the idea of a Pax Americana upheld through the vigorous export of U.S. power and values. But before that, American exceptionalism meant insulating the American experiment from foreign threats, shunning international entanglements, spreading democracy through example rather than intrusion, embracing protectionism and fair (not free) trade, and preserving a relatively homogeneous

(33) Este campo, contudo, não é monolítico: “*In the later stages of the Cold War, one branch of this camp, liberal institutionalists, focused on the promotion of international institutions and ever-closer global integration, while another branch, neoconservatives, believed that a liberal agenda could best be advanced through Washington’s unilateral efforts (or in voluntary conjunction with like-minded partners)*” (Mead, 2017, p. 2).

citizenry through racist and antiimmigrant policies. In short, it was about America first.” (KUPCHAN, 2018 p. 139).

No entanto, é muito difícil caracterizar o governo Trump como isolacionista ou como um retorno de fato ao protecionismo dos séculos XVIII e XIX. O “isolacionismo” do século XIX só fazia sentido tendo a *Europa* como referência, pois este século foi marcado pelo expansionismo e pela consolidação da supremacia militar dos EUA nas Américas, mediante a consolidação da sua preponderância absoluta no Caribe e a presença militar no Pacífico. O segundo aspecto que garante a especificidade deste período era o gigantesco caráter autárquico da sociedade americana que ainda estava consolidando a integração dos novos territórios do Oeste, uma zona que funcionava como uma válvula de escape capaz de absorver os fluxos migratórios e amenizar as tensões urbanas das grandes cidades do nordeste. A situação mudou radicalmente depois da grande expansão do comércio mundial e do investimento externo direto que entrelaçou os EUA com a Europa e os grandes centros urbanizados entre 1945 e 1970. A dissolução dos laços internacionais por uma política econômica realmente isolacionista teria de enfrentar o poderoso bloco de interesses que articula Wall Street, as grandes corporações estadunidenses, a “indústria do entretenimento” sediada na Califórnia e a rede de grandes distribuidores (Walmart, Amazon, etc.). Além disto, esta medida descontentaria a atual “classe média” estadunidense, aquela assentada em ocupações liberais sofisticadas, formada nas melhores universidades e com patrimônio material e cultural consolidado, ao mesmo tempo em que nada garante que melhoraria a posição dos aspirantes a esta posição, que olham de forma mística e saudosista para os seus antepassados, que viveram o mundo do fordismo e dos Anos Dourados, uma época que não existe mais e nunca voltará.

Logo, a despeito das diatribes oficiais e dos seus famosos *tweets*, fica cada vez mais claro que o “*America First*” de Donald Trump é muito mais uma perigosa retórica do que uma estratégia nacional e internacional organizada e coesa. No entanto, o fato de vencer a eleição com esse *slogan* genérico não deixa de evidenciar uma tensão que remonta à década de 1980 e que, desde então, só tem se exacerbado: a sociedade estadunidense teria sido vítima da traição da sua classe industrial e empreendedora, que teria “em casa” migrado para a finança e os serviços para, por meio do comércio mundial aberto, ter acesso a recursos baratos no exterior, em detrimento dos trabalhadores americanos. Trata-se, evidentemente, de uma visão falaciosa que desloca a atenção do centro do problema: a redução do “emprego industrial” não decorre da imigração ou do comércio internacional, mas sobretudo da automação e de um processo de transnacionalização da produção colocado em marcha na década de 1970. Porém, esta forma incorreta de formular a questão no debate público é que, por ressuscitar a xenofobia, tem causado tensão em uma era onde as linhas políticas têm se definido pela questão das identidades e pelo multiculturalismo. Como recentemente destacou Charles Kupchan, dadas as declarações de Trump sobre a imigração, muitos leram na combinação entre o *motto* “*América First*”³⁴ e a expressão “*Make America Great Again*” algo como “*Make America White Again*” (Kupchan, 2018, p. 145).

(34) Expressão que, pelo menos aos mais cultos, remete ao *America First Comitee* criado em 1940 para se opor à entrada dos EUA na Guerra, e que ficou marcado por um alegado cunho antisemita (Bennett, 2017). Porém, esta aura é bastante contestada, pois embora existissem antisemitas no movimento (Charles Lindbergh, uma das lideranças deste grupo culpava abertamente os judeus americanos por tentarem “forçar a entrada de Washington na guerra”) a linha central do movimento era o pacifismo, fundado na difundida visão de que a entrada dos EUA na Primeira Guerra tinha sido provocada pelos plutocratas do sistema financeiro contra o interesse nacional (na verdade, para os leitores de John Hobson (1902), o conflito seria a resultante do “interesse financeiro”, ao qual ele atribuía naquela altura aos judeus). Sobre esta percepção, ver Jenkins (2017).

É precisamente neste clima que as tradições “jeffersonianas” e “jacksonianas” voltaram a ter relevância e aderência no debate público americano.³⁵ A primeira posição defende que a redução do envolvimento dos EUA no cenário internacional diminuiria os custos e os riscos da sua política externa, que deveria ter como foco uma definição mais estreita dos interesses dos americanos, que deveriam ser defendidos de forma mais segura e eficaz, fato que abre margem ao “unilateralismo”. O aspecto curioso é que esta visão é compatível com um agrupamento de forças sociais muito distintas. Os realistas mais agressivos tendem a endossá-la, por acreditar que, deste modo, é possível centrar as operações internacionais em uma perspectiva minimalista, onde o interesse estratégico nacional seria melhor defendido. “Os libertários levam esta proposta ao limite e, nisto, encontram aliados entre muitos da esquerda que se opõem ao intervencionismo, querem cortar gastos militares e favorecem a redistribuição dos esforços e recursos do governo em casa” (Mead, 2017 p. 2).

A segunda posição é diferente e parece estar na raiz do sucesso de Donald Trump, na medida em que ele conseguiu se apresentar como um ícone da “revolta jacksoniana”:

For Jacksonians – who formed the core of Trump’s passionately supportive base – the United States is not a political entity created and defined by a set of intellectual propositions rooted in the Enlightenment and oriented toward the fulfillment of a universal mission. Rather, it is the nation-state of the American people, and its chief business lies at home. Jacksonians see American exceptionalism not as a function of the universal appeal of American ideas, or even as a function of a unique American vocation to transform the world, but rather as rooted in the country’s singular commitment to the equality and dignity of individual American citizens (Mead, 2017, p. 3).

Deste prisma, de acordo com MEAD, o papel fundamental do Estado é garantir a segurança do território nacional e as condições básicas para o bem-estar econômico do povo americano, interferindo o mínimo possível na liberdade individual que, supostamente, é o que garante a singularidade da sociedade americana.

Embora um tanto precário e muito polêmico, o rótulo “revolta jacksoniana” – com as devidas mediações – ajuda a esclarecer algumas tendências sociopolíticas recentes na sociedade americana que estão na base do governo Trump. Como se sabe, o período conhecido como a era jacksoniana foi marcado por um conjunto de transformações muito aceleradas que envolveram praticamente todas as dimensões da vida social. O isolamento das comunidades que caracterizava os EUA até o início do século XIX foi brutalmente rompido por uma tensa conexão entre os novos sistemas de transporte, o comércio em maior escala e o reforço de um sistema político que fazia com que todas as questões locais e regionais desembocassem em Washington. Novas relações de autoridade e interesses mais remotos se impuseram sobre a esfera de intimidade que marcava as relações econômicas e políticas das comunidades. O que singularizava a posição jacksoniana é que eles rejeitavam o pendor tradicionalista dos seus adversários mais diretos (reunidos principalmente no partido Democrata) mas, ao mesmo tempo, não se sentiam à vontade

(35) “*As that project*” (o compromisso com uma ordem mundial ‘liberal’) “*came under increasing strain in recent decades, however, the unquestioned grip of the globalists on U.S. foreign policy thinking began to loosen. More nationalist, less globally minded voices began to be heard, and a public increasingly disenchanted with what it saw as the costly failures the global order-building project began to challenge what the foreign policy establishment was preaching. The Jeffersonian and Jacksonian schools of thought, prominent before World War II but out of favor during the heyday of the liberal order, have come back with a vengeance*” (Mead, 2017, p. 2).

com a defesa mais enfática feita pelos Whigs³⁶ das relações impessoais típicas de uma sociedade comercial moderna regulada por contratos:

Paradoxically, the Jacksonians' persistent demands for freedom and equality could sound quite modern. And they were sincere in their rejection of hierarchy and deference. Yet, their liberation rhetoric was particularly intense precisely because their traditional social character inhibited their accommodation to society's demands. The bristly independence of their writings and speeches revealed a certain desire to respond to these demands, but it also disclosed their frustration in the attempt. Even more telling is the fact that Jacksonians frequently used the concepts of freedom and equality to liberate them from the impersonal social ties which frustrated and exploited them. Their political policies which embodied these ideals were often defensive reactions to the emergence of individualistic institutions, attempts to protect more traditional relationships from the transforming effects of modernity (Kohl, 1989, p. 16).

Em certo sentido, a atual “revolta jacksoniana” expressa uma tensão formalmente similar, porém reconfigurada e embebida por um conjunto distinto de forças sociais.

A ameaça é dupla. Em uma ponta o “globalismo” (sic.) das elites que se julgam cosmopolitas³⁷ corrompe e dissolve os costumes das comunidades locais e, ao mesmo tempo, internaliza tensões internacionais que pouco tem a ver com o interesse do cidadão americano, desperdiçando tempo, recursos e a vida de soldados engajados em guerras e ações militares que não correspondem às questões genuinamente nacionais. Esta mesma elite apoia um discurso multiculturalista que reforça “artificialmente” a demanda de imigrantes não adaptados aos valores americanos, minorias e grupos de identidade definidos em torno de questões culturais, raciais e de gênero. É precisamente neste ponto que a “revolta” jacksoniana entra em sinergia com boa parte das inclinações e das demandas da *Alt-Right*. A convergência é quase absoluta na questão da posse de armas e no controle sobre as imigrações. No primeiro caso, a posse é defendida como um direito fundamental para defesa pessoal e para, eventualmente, resistir a governos tiranos. O aspecto curioso é que a defesa das liberdades individuais não está associada à defesa do *Laissez-faire* no plano da economia: a tendência dominante é a defesa do protecionismo. Isto é, *Fair Trade* ao invés de *Free Trade*. A ênfase no controle sobre as fronteiras e no combate aos imigrantes ilegais, ao contrário do que geralmente se destaca, *não* tem como motivo fundamental o receio de uma hipotética desvalorização dos salários por conta da pressão dos estrangeiros no mercado de trabalho. O motivo é muito mais perturbador, pois está radicado na percepção de que as políticas identitárias protegem e prestigiam diversas minorias, mas deixam de fora o branco que se identifica simplesmente como “americano” (*plain american*). E, frente a isto, brotam teorias conspiratórias fundadas no temor de que existe uma iniciativa deliberada da oligarquia bipartidária de reduzir e marginalizar a população branca tanto no plano demográfico como no cultural e no político.

Aqui reside um problema fundamental. Como já foi apontado, essa divisão interna tem muito mais projeção e relevância na política estadunidense do que as questões internacionais. No entanto, a despeito

(36) A posição Whig era também ambivalente: “*One also finds a paradox, however, at the heart of Whig rhetoric. These inner-directed men continually made traditional sounding appeals for social order and unity. In fact, a closer examination of their language reveals that Whigs were not trying to reweave the traditional social fabric, but were rather attempting to reorganize and reconnect individuals on the basis of their own self-interest. The abandonment of the customary basis of social life made profound the perennial problems of order and unity among men. What was to restrain and what was to link individuals who were bound by nothing save their own whims? Whigs, because they felt this rootlessness first, felt the more powerful need to confront these problems. And Whigs, because their social character was better adapted to the modern world, pioneered the more modern solutions to them*” (Kohl, 1989, p. 16-7).

(37) “*Jacksonians locate their moral community closer to home, in fellow citizens who share a common national bond. If the cosmopolitans see Jacksonians as backward and chauvinistic, Jacksonians return the favor by seeing the cosmopolitan elite as near treasonous—people who think it is morally questionable to put their own country, and its citizens, first*” (Mead, 2017, p. 4).

das percepções do eleitorado médio, Washington precisam garantir minimamente os fundamentos da ordem internacional vigente que, embora cada vez mais disfuncional, ainda lhe é favorável. O problema é que o *status quo* passa a ser contestado tanto dentro da sociedade americana quanto pelas potências ditas revisionistas, como a Rússia e a China. Isto nos leva de volta aos problemas da geopolítica mundial. A China e a Rússia estão de olho na conjuntura atual, agem em função da cena política imediata, mas o fazem tendo como horizonte as tendências de longo prazo. E nestes dois cenários existem múltiplos pontos de fricção entre Pequim e Moscou e apenas uma zona de consenso mínimo, embora radicada em motivações e ambições muito diferentes: reduzir a influência direta dos EUA no Oriente Médio e na Eurásia. Além da sua importância estratégica no campo militar, a influência decisiva de Washington sobre a Arábia Saudita, a posse de reservas nacionais significativas e o controle sobre o dólar permite que os EUA exerçam influência sobre os preços internacionais do Petróleo, podendo com isso manipular os interesses de Pequim e de Moscou. A alta dos preços favorece a Rússia e descontenta Pequim. A queda produz o efeito inverso. Esta posição dos EUA é vista como um empecilho para ambos: a Rússia precisa acomodar as suas tensões internas e, para tanto, necessita garantir o crescimento de sua economia e reivindicar um protagonismo aos moldes da época de ouro da URSS, um esforço já posto em marcha acelerada desde 2008. Já a China está consolidando a sua influência regional, expandindo o uso de sua moeda nas trocas com seus parceiros asiáticos, ampliando a sua presença militar no seu entorno estratégico, onde esbarra com os EUA e seus aliados. Logo, uma retirada dos EUA desta região provavelmente intensificaria a rivalidade entre Pequim e Moscou, arrastando o Japão para o turbilhão. Não é plausível, portanto, uma postura isolacionista. Mas o envolvimento custa dinheiro, e precisa ser justificado para os eleitores nos EUA que, em grande medida, compraram pelo valor facial as diatribes de Trump e, portanto, parecem cada vez menos dispostos a financiar a segurança dos estrangeiros.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, R. The great crash, 2008: a geopolitical setback for the West. *Foreign Affairs*, Jan./Feb. 2009.
- ANDERSON, Perry. Imperium. *New Left Review* v. 3, Sept./Oct. 2013a.
- ANDERSON, Perry. Homeland. *New Left Review*, v. 81, May/Jun. 2013b.
- ANDERSON, Perry. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, v. 48, Nov./Dec. 2007.
- ANDERSON, Perry. Force and Consent. *New Left Review*, v. 17, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo; Rio de Janeiro: Contraponto & Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. China's market economy in the long run. In: HUNG, H-F. (Org). *China and the transformation of global capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins U. Press, 2009.
- AVANT, Deborah. *The market for force: the consequences of privatizing security*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2005.
- BACEVICH, Andrew. *The limits of power: the end of American exceptionalism*. New York: Henry Holt & Cia, 2009.
- BACEVICH, Andrew. *American empire: the realities & consequences of U.S. diplomacy*. Cambridge & London: Harvard U. Press, 2002.

BENNETT, Brian. America first, a phrase with a load of anti-semitic and isolationist history. *Los Angeles Times*, Jan. 20, 2017.

BIDDLE, Tami D. The Shield and Sword: U.S. strategic forces and doctrine since 1945. In: BACEVICH, Andrew. *The long war: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia Univ. Press, 2007.

BUCHANAN, Patrick. *A republic not an empire: reclaiming American destiny*. Washington: Regnery Publishing, 1999.

BUCLEY, John. *Air Power in the age of total war*. London: UCL Press, 1999.

CAMPBELL, Kurt M.; RATNER, Ely. The China reckoning: how Beijing defied American expectations. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 2, 2018.

CHOMSKY, N. *11 de setembro*. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COHEN, Benjamin. *The geography of money*. Ithaca: Cornell U. Press, 1998.

COHEN, Benjamin. *The future of money*. Princeton: Princeton U. Press, 2004.

COHEN, Benjamin. Towards a leaderless currency system. In: HELLEINER, Eric.; KIRSHNER, J. (Org.). *The future of the dollar*. Ithaca & London: Cornell University Press, 2009.

COHEN, Eliot; EDELMAN, E.; TAKEYH, R. Time to get tough on Tehran: Iran policy after the deal. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 1, 2016.

COLBY, Elbridge. If you want peace, prepare for nuclear war: a strategy for the new Great-Power Rivalry. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 6, 2018.

COX, Robert. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.

DAVIS, Mike. Springs confronts Winter. *New Left Review*, 72, 2011.

DUBOWITZ, M.; TAKEYH, R. Labeling Iran's revolutionary guard. *Foreign Affairs*, 6, Mar. 2017.

EICHENGREEN, Barry. *Global imbalances and the lessons of Bretton Woods*. Cambridge, MA; London: MIT Press, 2007.

FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FORDHAN, Benjamin O. Paying for global power: cost and benefits of Postwar U.S. military spending. In: BACEVICH, A. J. (Org.). *The long war: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia University Press, 2007.

FREEDMAN, Lawrence. *The evolution of nuclear strategy*. New York: St. Martin Press, 2003.

FREEDMAN, Lawrence. The first two generations of nuclear strategists. In: PARET, Peter (Org.). *Makers of modern strategy*. Princeton: Princeton U. Press, 1986.

FRIEDMAN, Thomas L. Are Iran and Israel headed for their first direct war? *The New York Times*, Apr. 25, 2018.

FUTTER, Andrew. Obama's nuclear weapons police in a changing world. In: KITCHEN, Nicholas (Org.). *The United States after unipolarity ideas – special report*. London: London School of Economics, 2011.

GADDIS, John Lewis. *Surprise, security and American experience*. Cambridge; London: Harvard U. Press, 2004.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of containment: a critical appraisal of American national security policy during the cold war*. Oxford: Oxford U. Press, 2005.

GEORGE, A. (Org.). *Western State terrorism*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GILPIN, Robert. *U.S. power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. New York: Basic Books, 1975.

GILPIN, Robert. *Global political economy: understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton U. Press, 2001.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB, 2002.

GOWAN, Peter. *A roleta global*. São Paulo: Record, 2003.

GILPIN, Robert. Contemporary intra-core relations and world systems theory. *Journal of World System Research*, v. X, n. 2, 2004.

GILPIN, Robert. Crisis in the Heartland: consequences of the New Wall Street System. *New Left Review*, v. 55, Jan./Feb. 2009.

GULICK, John. Sino-Russian geoeconomic integration: an alternative to Chinese hegemony on a Shrinking Planet. In: HUNG, Ho-Fu (Org.). *China and the transformation of global capitalism*. Baltimore: Johns Hopkins U. Press, 2009.

HAWLEY, George. *Making sense of the alt-right*. New York: Columbia, 2017.

HALLIDAY, Fred. *The making of the Second Cold War*. London: Verso, 1986.

HASSAN, Oz. American democracy promotion and the ‘Arab Spring’. In: KITCHEN, Nicholas (Org.). *The United States after unipolarity ideas – Special Report*. London: London School of Economics, 2011.

HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990’s*. Ithaca e London: Cornell University Press, 1994.

HELLEINER, Eric. Enduring top currency, fragile negotiated currency: politics and the dollar’s international role. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER (Org.). *The future of the dollar*. Ithaca & London: Cornell University Press, 2009.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, J. (Org.). *The future of the dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IKENBERRY, John. Introduction. In: IKENBERRY, J. (Org.). *America unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002

JAMES, Harold. The enduring international preeminence of the dollar. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, J. (Org.). *The future of the dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.

JENKINS, Philip. What was ‘America First’? *The American Conservative*, Jan. 25, 2017.

JERVIS, Robert. Deterrence and perception. *International Security*, v. 7, n. 3, 1982-83.

- JOHNSON, Chalmers. *Blowback: the costs and consequences of American Empire*. New York: Henry Holt & Cia, 2004.
- JOHNSON, Chalmers. *Dismantling the empire: America's last best hope*. New York: Henry Holt & Cia., 2010.
- KAGAN, Robert. *The return of history and the end of dreams*. New York: Alfred Knopf, 2008.
- KRASNER, Stephen (Org.). *International regimes*. Ithaca: Cornell U. Press, 1983.
- KOHL, Lawrence F. *The politics of individualism: parties and the American character in the Jacksonian Era*. New York: Oxford U. Press, 1989.
- KOLKO, Gabriel. *The age of war: the United States confronts the world*. Bolder: Lynne Rinner, 2006.
- KOLKO, Gabriel. *World in crisis: the end of American century*. New York: Pluto Press, 2009.
- KUPCHAN, Charles. Hollow hegemony or stable multipolarity? In: IKENBERRY, G. John. *America unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.
- KUPCHAN, Charles. *The end of American era: U.S. foreign policy and the geopolitics of the twenty-first century*. New York: Vintage Books, 2003.
- KUPCHAN, Charles. The potential twilight of the European Union. In: STEWART, Patrick. *Crisis in the Eurozone: transatlantic perspectives*. Council on Foreign Relations, 2010.
- KUPCHAN, Charles. The clash of excepcionalisms: a new fight over an old idea. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 2, 2018.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LASSWELL, Harold D. The Garrison State. *American Journal of Sociology*, v. 46, n. 4, 1941.
- LASH, Christopher. *The revolt of the elites and the betrayal of democracy*. New York: W.W. Norton, 1996.
- MACEDO e SILVA, Antonio C. O Expresso do Oriente. Redistribuindo a produção e comércio globais. *Observatório da Economia Global – Textos Avulsos*, Campinas, n. 2, abr. 2010.
- MANN, Michael. *O império da incoerência: a natureza do poder americano*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MARIUTTI, Eduardo. Fundamentos da hegemonia estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais. In: CARDOSO, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: Ipea, 2009a.
- MARIUTTI, Eduardo. *Ordem e desordem internacional: tendências do capitalismo contemporâneo*. Campinas: Cecon/IE/Unicamp, 2011. (Artigo Eletrônico).
- MASTANDUNO, Michael. Incomplete hegemony and security order in the Asia-Pacific. In: IKENBERRY, G. John (Org.). *America unrivaled: the future of the balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.
- MEAD, Walter Russell. The Jacksonian Revolt: American populism and the liberal order. *Foreign Affairs*, v. 96, n. 2, 2017.
- MEAD, Walter Russell. Hamilton's Way. *World Policy Journal*, 1996.

MEARSHEIMER, John; WALT, S. M. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2007.

MEDEIROS, Carlos A. O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MITTELMAN, James H. *The globalization syndrome: transformation and resistance*. Princeton: Princeton U. Press, 2000.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. How Iran does Its Standoff with the United States. *Foreign Affairs – Snapshot*, Jul.12, 2019.

MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor. Thinking about revolutions in warfare. In: KNOX, M.; MURRAY, W. *The dynamics of military revolution: 1300-2050*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2009.

OLIKER, Olga. Moscow's nuclear enigma: what is Russia's Arsenal Really for? *Foreign Affairs*, v. 97, n. 6, 2018.

OSTOVAR, Afshon. The U.S. and Iran are marching toward War: can they find a solution before it's too late? *Foreign Affairs*, Jun. 28, 2019.

PERCY, Sarah. *Mercenaries: the history of a norm in international relations*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.

PLASCENCIA, Luis F. B. The military gates to US citizenship: Latina/o "aliens and non-citizen nationals" and military work. *Latino Studies*, v. 13, 2015.

POMPEO, Michael R. Confronting Iran: the Trump Administration's Strategy. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 6, 2018.

ROLAND, Alex. The military-industrial complex: lobby and trope. In: BACEVICH, Andrew (Org). *The long war: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia Univ. Press, 2007.

RUGGIE, John. International regimes, transaction and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, v. 36, p. 379-415, 1982.

RUGGIE, John. Territoriality and Beyond. *International Organization*, v. 47, n. 1, 1993.

SESTSER, Brad. *Sovereign wealth and sovereign power: the strategic consequences of American indebtedness*. New York: Council on Foreign Relations, Sept. 2008. (Special Report, n. 37).

SINGER, Peter W. *Corporate warriors: the rise of privatized military industry*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2011.

SO, Alvin. Rethinking the Chinese developmental miracle. In: HUNG, Ho-Fu (Org.). *China and the transformation of global capitalism*. Baltimore: Johns Hopkins U. Press, 2009.

SPIRO, David. *The hidden hand of American hegemony: petrodollar recycling and international markets*. Ithaca: Cornell U. Press, 1999.

STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*. Manchester; New York, 2009.

TALMADGE, Caitlin. Beijing's nuclear option. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 6, 2018.

TANNENWALD, Nina. The Vanishing nuclear taboo? How disarmament fell apart. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 6, 2018.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Quatro temas fundamentais do pensamento conservador em política externa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, 2007.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record; 2003.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. *Evolução geopolítica: cenários e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1611).

WALTZ, Kenneth. Structural realism after the cold war. In: IKENBERRY, G. John. *America unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.

WILLIAMS, William A. *The tragedy of American diplomacy*. New York: W.W. Norton & Company, 1988.

WOLF, Amy F. Conventional prompt global strike and long-range ballistic missiles: background and issues. *Congressional Research Service*, R41464, 2019.